



DECISÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.083/2025

Recurso nº 33.407/2025 - Processo Licitatório n.º 07.581/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.083/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO de empresa especializada para prestar serviços de guarda e atendimento médico veterinário, com microchipagem, de animais de médio e grande porte, dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pelo período de 01 (um) ano.**

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **RODRIGO FURLANETTO ROSSI**, inscrita no CNPJ nº 15.811.387/0001-33, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇO VETERINARIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 09.310.829/0001-65, no bojo do Pregão Eletrônico n.º **90.083/2025**.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico supracitado, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos no dia 03/09/2025, tendo sido apresentada a proposição no dia 08/09/2025, tempestivamente, pela empresa **RODRIGO FURLANETTO ROSSI**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que habilitou a empresa **BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇO VETERINARIO LTDA**, doravante denominada Recorrida, **como provisoriamente vencedora do Item 01**. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



Comissão Permanente de Pregão III

II) DO RECURSO

A Recorrente, tempestivamente, interpôs recurso por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, com o objetivo de modificar a decisão de habilitação, alegando, em síntese, inconformismo com a fase de julgamento da proposta apresentada pela empresa ora Recorrida.

Alegando que o atestado de capacidade técnica apresentado não é válido, pois se caracteriza como genérico, sem informações essenciais como prazo, quantidade ou porte dos animais atendidos, além de não comprovar a experiência exigida para captura e transporte de animais em vias públicas. A jurisprudência do TCU exige que os atestados sejam detalhados e idôneos, o que não ocorreu neste caso. Em relação à adequação do objeto social, o contrato da empresa **BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇO VETERINARIO LTDA** restringe-se a atividades de clínica veterinária, petshop e alojamento de animais domésticos, sem prever ações de captura, transporte e guarda de animais de médio e grande porte, em desacordo com o edital, que exige capacidade operacional própria e não terceirizada.

Além disso, a habilitação apresentou fragilidades, o responsável técnico apresentou apenas registro no CRMV, sem a ART exigida; os índices econômico-financeiros estavam abaixo do mínimo estabelecido, sendo compensados apenas por declaração de capital social; e não foi comprovada a capacidade de microchipagem, requisito do objeto.

Também não foi demonstrada a estrutura própria necessária, como veículos, local de guarda e equipe capacitada. Diante disso, foram apontados riscos significativos de má execução contratual, com possíveis prejuízos à Administração e à coletividade, além da possibilidade de responsabilização do gestor e de medidas judiciais, como mandado de segurança, representação ao TCU/TCE-RJ e comunicação ao MP.

III) DA CONTRARRAZÃO

A recorrida, tempestivamente, por meio do sistema, apresentou suas contrarrrazões rebatendo as alegações do recurso interposto e pugnando pela manutenção de sua habilitação, conforme as seguintes considerações, em síntese que: a empresa alega que o recurso da Recorrente traz apontamentos infundados e inoportunos, sendo um "verdadeiro sofismo" que visa obstruir o procedimento licitatório e atrasar a contratação de serviços essenciais, ferindo o interesse público.



Comissão Permanente de Pregão III

Quanto ao Objeto Social Compatível, a alegação de que o contrato social da BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇO VETERINARIO LTDA seria incompatível ("restrito a clínica/petshop") não procede. O contrato social é amplo e pertinente, incluindo atividades como, Serviço de manejo de animais (CNAE 01.62-8/03); atividades veterinárias (CNAE 75.00-1/00); atividades auxiliares dos transportes (CNAE 52.29-0/99); a exigência do edital é de ramo de atividade compatível, não de descrição literal de cada sub- etapa operacional;

A Recorrente alega irregularidade no atestado, mas o edital exige apenas a comprovação de aptidão para fornecimento de bens/serviços similares, não notas fiscais, contratos, valores ou quantitativos detalhados. A BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇO VETERINARIO LTDA apresentou 04 atestados idôneos que atestam expressamente serviços como implementação de microchip com cadastro e identificação eletrônica; captura, apreensão, recolhimento e transporte de animais com veículos apropriados, guarda temporária e assistência veterinária 24h.

A Recorrente alegou índices contábeis inadequados, mas a Bom Pastor afirma ter apresentado toda a documentação exigida, demonstrando índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1.

Quanto à qualificação técnica, foram apresentados o Registro CRMV da pessoa jurídica (RJ-10806-PJ), a ART nº 1026204 (de Abílio Martins Junior) e a Declaração do Profissional Indicado, em pleno atendimento ao edital.

A Recorrente não realizou pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital em momento oportuno, tendo declarado ciência e concordância com o inteiro teor do ato convocatório. Tentar alterar as regras em sede recursal fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e a isonomia.

IV. DO PARECER TÉCNICO

Diante do exposto, encaminhamos o presente processo à Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, onde em síntese final alegou que a empresa **BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇO VETERINARIO LTDA**, o contrato social possui CNAEs compatíveis com o objeto da licitação; os atestados foram apresentados em conformidade com o item 18.1 do edital; consta nos autos uma ART (Anotação



Comissão Permanente de Pregão III
de Responsabilidade Técnica) válida e homologada; a capacidade econômico-financeira foi comprovada, com índices superiores a 1 e capital social compatível; a estrutura e a capacidade para realizar a microchipagem foram demonstradas nos documentos apresentados.

V. DO PARECER JURIDICO

Após análise das razões recursais apresentadas, a douta Procuradoria alega em síntese que, o parecer fundamenta-se no Art. 165 da Lei Federal n. 14.133/2021 sobre o cabimento e procedimento dos recursos. A Procuradoria-Geral esclarece que, A Lei 14.133/2021 não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto da licitação, ou seja, não cabe exigir das empresas licitantes um objeto social idêntico ao objeto do certame.

Verifica-se, inclusive, que na forma do disposto no art. 66 da Lei n. 14.133/2021, os documentos alusivos à habilitação jurídica se limitam à comprovação de existência jurídica da pessoa:

“Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.”

Portanto, as atividades desempenhadas pelas empresas licitantes devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

VI. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

Após a análise das razões recursais apresentadas e das contrarrazões da empresa vencedora, bem



Comissão Permanente de Pregão III

como os argumentos das partes e dos pareceres técnico e jurídico que instruem o processo, passa-se à análise do mérito de cada ponto questionado.

A Recorrente alega que o objeto social da empresa Bom Pastor é restrito a atividades de clínica e petshop, sendo incompatível com os serviços de captura e manejo de animais de grande porte. O Parecer Jurídico, amparado pela Lei nº 14.133/2021 e pela jurisprudência dos Tribunais de Contas, esclarece que não se exige identidade literal entre o objeto social da empresa e o objeto da licitação, mas sim compatibilidade. O Parecer Técnico, por sua vez, confirmou que o contrato social da Recorrida contempla CNAEs compatíveis com o objeto licitado. Portanto, a alegação é improcedente.

Quanto a alegação de análise pormenorizada do atestado de capacidade técnica, o fato da empresa Bom Pastor já ser prestadora de serviços ao Município, decorrente do **Processo Licitatório nº 45.925/2024**, constitui a mais sólida prova de sua capacidade técnica e operacional. Se a empresa está atualmente executando um contrato sob a fiscalização direta desta Administração, é inconteste que ela possui a estrutura e o *know-how* necessários.

A existência de um contrato em curso com o Poder Público torna as alegações de insuficiência ou dúvida sobre o atestado de capacidade técnica subsidiárias e de menor relevância. A Administração possui meios internos para confirmar a boa execução dos serviços e a satisfação da contratante no âmbito do Processo.

A Recorrente alega a ausência de ART e de comprovação para o serviço de microchipagem. O Parecer Técnico da Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal foi categórico ao afirmar que "consta ART válida e homologada" e que a capacidade para "estrutura e microchipagem" foi "demonstrada nos documentos juntados". Fica evidente que as alegações da Recorrente não correspondem à realidade da documentação presente nos autos.

A alegação de fragilidade financeira da Recorrida foi igualmente afastada pela análise técnica, que atestou que a empresa possui "índices superiores a 1 e capital social compatível", atendendo, assim, às exigências do edital.



Comissão Permanente de Pregão III

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º **90.083/2025**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão de habilitação anteriormente proferida, em obediência aos Princípios da Legalidade, Vinculação ao Edital e Segurança Jurídica.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 13 de outubro de 2025.

Fernanda Medeiros Rodrigues
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III
Matrícula nº 468.036